



O Movimento Sem-Terra na ordem do discurso neoliberal: Uma análise do documentário *O Sonho de Rose*

Andresa Silva da Costa Mutz*

Resumo: Este artigo pretende discutir o potencial pedagógico do documentário *O sonho de Rose* como recurso que nos permite (re)pensar as ações do Movimento Sem-Terra e os significados a ele atribuídos no interior de uma Sociedade de Consumidores. Para tal, realizei uma interlocução entre os conceitos utilizados na análise dos modos de vida que têm caracterizado a contemporaneidade realizada por Zygmunt Bauman e algumas ferramentas teóricas desenvolvidas por Michel Foucault em suas investigações acerca do modo como nos constituímos sujeitos no interior de relações de saber e poder. Empreguei o conceito de representação e a noção de discurso para tensionar o modo como têm se instaurado determinadas verdades acerca dos sem-terra em nossos dias. Os resultados obtidos apontam para a ambivalência que tem constituído a identidade dos integrantes do MST nas últimas décadas. O que nos permite (re) pensarmos o ensino de História Agrária de modo a torná-lo mais pertinente a nossos alunos.

Palavras-chave: Ensino de História, História Agrária, Movimento Sem-Terra

Abstract: This article discusses the pedagogical potential of the documentary *The dream of Rose* as a resource that allows us to (re) consider the actions of the Landless Movement and the meanings attributed to it within a Consumer Society. To this end, I conducted a dialogue between the concepts used in the analysis of livelihoods that have characterized the contemporary conducted by Zygmunt Bauman and some theoretical tools developed by Michel Foucault in his investigations about how we are constituted subjects within relations of knowledge and power. Employed the concept of representation and the notion of discourse to tension the way have brought certain truths about the landless today. The results point to the ambivalence that has been the identity of the members of the MST in recent decades. This allows us to (re) think the Agrarian History teaching in order to make it more relevant to our students.

Keywords: Teaching History, Agrarian History, Landless Movement

* UFRGS. Doutorado em Educação. CAPES – Bolsista.



Introdução

Este artigo pretende discutir o potencial pedagógico do documentário *O sonho de Rose* como recurso que nos permite (re)pensar as ações do Movimento Sem-Terra na contemporaneidade e os significados a ele atribuídos no interior de uma Sociedade de Consumidores. Para tal, realizei uma interlocução entre os conceitos utilizados na análise dos modos de vida que têm caracterizado a contemporaneidade realizada por Zygmunt Bauman e algumas ferramentas teóricas desenvolvidas por Michel Foucault em suas investigações acerca do modo como nos constituímos sujeitos no interior de relações de saber e poder. Na intenção de oferecer subsídios teórico-metodológicos que permitam aos professores de História na Educação Básica problematizar a História Agrária para além de um juízo de valor sobre a temática ou uso partidário das questões relativas a processo de distribuição das terras no Brasil.

Empreguei o conceito de representação e a noção de discurso para tensionar o modo como têm se instaurado determinadas verdades acerca Movimento Sem-Terra em nossos dias. Em especial, sua relação com a terra após a ocupação e estabelecimento do assentamento agrário. Atuei, por 10 anos, como professora de História em uma rede privada de ensino. Era comum ouvir críticas de meus alunos a respeito da venda de lotes de terra pelos integrantes do movimento. Estranhavam também o envolvimento com comércio e outras atividades que, no imaginário deles, não poderiam fazer parte do cotidiano dos sem-terra. Evidências que apontavam para a representação idealizada de como deveria ser a vida no campo que essas crianças e adolescentes tinham.

Os resultados obtidos nesse trabalho dão conta das diferentes maneiras como os sem-terra vêm sendo capturados discursivamente numa economia mais geral que é a da normalização do desvio e apontam para a ambivalência que os têm constituído nas últimas décadas. Esse achado me permitiu ainda discutir a inserção no currículo de História da temática da Sociedade de Consumo, entendendo-o como espaço de constituição dos sujeitos contemporâneos, entre eles, os sem-terra.

1. Ferramentas teórico-metodológicas

Para a constituição deste artigo procurei alinhar-me aos trabalhos teóricos e as análises empíricas produzidas a partir da chamada *virada linguística*, expressão que se refere ao

campo da filosofia em que o discurso e a linguagem passam a ser considerados como constituidores da realidade. Segundo as concepções que se afinam com a virada linguística, nosso acesso a uma suposta realidade é



sempre mediado por discursos que não apenas a representam, falam dela, mas a instituem. Quando se fala de algo também se inventa este algo (COSTA, 2002, p.140).

Tal posicionamento traz agregado um conjunto de ferramentas teóricas que me permitiram operar com as condições de possibilidade que tornaram legítima e verdadeira, em um momento específico de nossa história, determinadas verdades para os Sem-Terra.

Nesse sentido, um dos principais operadores conceituais que utilizei foi o de *representação*. Entendo que “a representação participa da constituição das coisas, não sendo vista como um mero reflexo dos eventos que se processam no mundo” (WORTMANN, 2001, p.156). E com isso sugiro que nesse artigo, tomo a noção de representação para me referir não só à organização dos discursos acerca dos sujeitos sem-terra mas, sobretudo, à forma como eles construíram e reconstruíram as vidas dos indivíduos e as realidades sociais.

Isso porque, seguindo o mesmo referencial teórico, entendo que “neste caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas da representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não, estatuto de realidade” (COSTA, 2004, p.77).

Destaco que não é minha intenção mostrar outra verdade “mais verdadeira” acerca dos sem-terra, tão pouco estabelecer um tratado pedagógico acerca dos melhores métodos para se ensinar aos nossos alunos do ensino fundamental “o que é mesmo a Reforma Agrária”. De forma mais modesta, intento apenas estabelecer um espaço teórico-metodológico para que professores(as) de História e áreas afins possam refletir na maneira como determinados enunciados acerca desse movimento social se constituíram com verdadeiros e outros não, ou seja, para que possam problematizar o caráter contingente, temporal e condicional das disparidades sociais que permeiam o espaço rural brasileiro em nossos dias.

Tomar o documentário, material empírico de análise nesse artigo, como fonte de pesquisa, implica concebê-lo como um artefato cultural permeado por discursos ou “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2008, p.55). Nesses termos, torna-se indispensável estar atento a esses discursos, pois dizem aos estudantes quem eles são e quem são os outros. E essa tarefa não é neutra. Tão pouco definitiva. É sempre resultado de um jogo de forças perceptível no campo social e que se reflete no tipo de verdade que fazemos circular na condição de educadores.

Diante disso, penso ser indispensável articular as ferramentas teóricas até aqui utilizadas um operador conceitual significativo no entendimento do processo de constituição



da identidade sem-terra: o *poder*, entendido aqui não como um objeto, mas como uma relação. Entre indivíduos livres “o exercício do poder seria uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros” (FOUCAULT, 1995, p.245).

No caso dessa pesquisa, foi fundamental entender quais as representações sobre os homens e mulheres sem-terra circulavam, que significados produziam e disseminavam e que deslocamentos ou rupturas seria possível mapearmos, valendo-nos de nossa função de professores de História, de modo a problematizar as (re)atualizações que as identidades dos sujeitos sem-terra sofrem de acordo com as novas condições da pós-modernidade.

Preciso esclarecer que entendo verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2003, p.14). De modo que a verdade estará sempre relacionada a sistemas de poder que legitimam um saber como válido ou verdadeiro em nossa sociedade. Do que decorre aquilo que chamará de regime de verdade, como explica a seguir

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2003, p.12).

Tudo isso para reforçar a ideia de que os diferentes significados atribuídos ao homem e mulher sem-terra não sejam mesmo entendidos como naturais ou próprios desses sujeitos. Eles se tornam possíveis na relação de significação que estabelecemos cotidianamente dentro daquilo que consideramos como verdadeiro e/ou não-verdadeiro. Ou seja, na arena de lutas por significados ou em meio a relações de poder.

2. O Sonho de Rose

Os documentários *Terra para Rose* (1987) e *O Sonho de Rose* (2000) ¹ foram produzidos por Tetê Moraes². Dez anos depois da gravação do primeiro documentário, a

¹ Durante a escrita de minha dissertação de mestrado assisti e analisei cada um dos documentários, pois faziam parte de meu objeto empírico. Para esse artigo, selecionei alguns excertos que contribuíam com a discussão em torno da constituição dos sem-terra na ordem do discurso neoliberal. Fiz transcrições dos diálogos realizados no filme respeitando a fala de cada um dos personagens, mas procedi à correção gramatical a fim de facilitar a leitura e compreensão dos mesmos nesse artigo. Não entendo as falas dos personagens como uma verdade, tampouco o próprio documentário. Mas destaco o regime de verdade que tornou dizível tal enunciação.



equipe de produção voltou ao Rio Grande do Sul para acompanhar o que havia acontecido com as famílias de sem-terra e para descobrir se o sonho da protagonista havia se tornado realidade.

No primeiro filme, *Terra para Rose*, vemos uma agricultora gaúcha sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma fazenda improdutiva para fins de reforma agrária. Seu filho foi o primeiro bebê nascido em um acampamento agrário. Rose acabou morrendo em um acidente ocorrido em uma das viagens realizadas em caminhões conhecidos como pau-de-arara, portanto, antes ainda de se concretizar o processo da legalização da terra ocupada em seu benefício e dos demais agricultores que a acompanhavam.

As muitas horas de gravação nos acampamentos, dispendidas pela equipe de filmagem que editou o documentário, acompanhando também as marchas, as ocupações de prédios públicos e, finalmente, os assentamentos de lona montados pelos sem-terra enquanto aguardavam a posse da terra, fornecem um riquíssimo material de análise. No entanto, nesta pretendo chamar atenção para tão somente um dos aspectos que evidenciam a transitoriedade das identidades assumidas pelo MST, o que contribui com a idéia de metamorfose do movimento nessas duas décadas, o mesmo período em que estaria em funcionamento o dispositivo de racionalização da pobreza.

Nos minutos iniciais do primeiro documentário, vemos traçado um panorama da sociedade brasileira na voz de Lucélia Santos, acompanhada por imagens de Brasília alternadas com imagens de uma bandeira nacional que, vez que outra, conforme aumenta a dramaticidade na voz da narradora, parece inundar o campo de visão do telespectador. Dessa forma se ouve uma descrição do nosso presente, na intenção de resgatar nossa história, como no trecho do documentário que segue na transcrição abaixo:

Brasil. Oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Cento e quarenta milhões de habitantes. Oitava economia do mundo capitalista. Quinto exportador de armas. Estrutura fundiária arcaica. Dos quatro milhões e meio de proprietários rurais apenas cento e setenta mil são donos de quase metade da área agrícola do país e contribuem só com dezesseis por cento da produção agropecuária do Brasil. Há, pelo menos doze milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Foram assassinados mais de mil camponeses nos últimos vinte anos. Entre 1970 e 80, vinte e quatro milhões de brasileiros migraram do campo para as cidades. Este quadro é de tal forma absurdo

² Os dois filmes com narração de Lucélia Santos e música de Chico Buarque. As obras, que são distribuídas pela Produtora *Vem Brasil*, ganharam juntas mais de 12 prêmios em festivais nacionais e internacionais.



que hoje em dia praticamente ninguém se diz contra a reforma agrária. Mas cada um quer a sua e ela não acontece.

O relato merece atenção pelo valor de verdade pressuposto. Como documentário, com história do Brasil, como narrativa da vida de Rose, como sentença acerca da Reforma Agrária na década de 1980. Repare no enunciado: hoje em dia praticamente ninguém se diz contra a reforma agrária. Esse é o ponto que me chama mais atenção nesse trecho do vídeo. Por que em menos de 10 anos, essa aparente unanimidade pró-MST se reverte em um sentimento de aversão ao movimento, fortemente incriminado pela mídia no final dos anos 90 e ao longo dos anos 2000.

Em seguida, o documentário faz referência ao processo de ocupação da fazenda Anoni pelo MST em outubro de 1985. É o maior acampamento de sem-terra organizado até aquela data. Um latifúndio improdutivo que por mais de 14 anos esteve sob processo de desapropriação por parte do Governo Federal, quando finalmente é ocupado pelos sem-terra.

São apresentados longos períodos de cenas do cotidiano no acampamento. Quando, então, a narradora nos adverte para o fato de que como as negociações com o governo não chegavam ao fim, organizados por uma liderança local, os camponeses resolvem “fazer mais pressão” com uma marcha organizada até Porto Alegre. Na capital foram cinquenta famílias de sem-terra da Anoni que acamparam no estacionamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no dia 1º de maio de 1986.

O destaque nessa primeira produção de Tetê Moraes é o trabalho coletivo dos acampantes. Essa é uma representação forte em muitas cenas. Cada um faz um esforço pelo grupo na intenção de avançar nas conquistas do movimento. As falas dos entrevistados acampantes recorrentemente se voltam para a necessidade de um sacrifício individual, por vezes anônimo, pelo benefício da coletividade sem-terra.

Mas é o segundo filme, *O Sonho de Rose*, que desejo destacar. Ele foi realizado dez anos depois do primeiro encontro entre a produtora e os sem-terra, ocasião em que havia sido produzido o documentário *Terra para Rose*. Foi um reencontro com quase todos os personagens que haviam participado do filme anterior. Já assentados agora. Casas e lavouras compõem a paisagem substituindo aquelas do antigo acampamento marcadas pelas lonas pretas estendidas ao longo do campo. Vemos as cooperativas funcionando. Uma reportagem vinculada na mídia telejornalística (Jornal Nacional da Rede Globo) é editada e acrescentada no documentário. Nela se faz referência a um frigorífico da comunidade de assentados que comercializa carne bovina fornecendo-a para os moradores da região próxima da Anoni. Seis



escolas com quatrocentos alunos, a maioria filhos dos sem-terra que lutaram pela posse daquela fazenda há dez anos. Churrasco das famílias formadas pelas paixões vividas entre homens e mulheres ainda na época em que estavam no acampamento. O tom é de comemoração ao sucesso da empreitada reformista.

Mas logo entra em cena uma questão que parece ter gerado certo desconforto entre os integrantes do movimento. Trata-se da opção por parte de alguns do grupo dos sem-terra que estão assentados, de não participarem mais do sistema coletivo de produção. Os ex-integrantes do MST, agora proprietários rurais, que se separaram das primeiras cooperativas se justificam de sua escolha afirmando na transcrição a seguir

“– Quando a gente optou pra realizar o trabalho individual, houve um certo constrangimento, uma certa dificuldade, né? Mas que isso foi superando com o passar do tempo e hoje o nosso relacionamento como vizinho eu diria que é ótimo, né? E que eu acho que se apagou aquele passado e que eu acho que hoje a gente convive como, como ser humano, como sociedade normal, né? Hoje a minha receita individual tá sendo maior do que no coletivo.”

Entre um depoimento e outro, desses não-cooperativados, alternam-se imagens e relatos acerca dos benefícios das tecnologias adotadas pelos assentados. Tais novidades contribuiriam para fazer crescer os rendimentos das pequenas propriedades, como computadores que mantêm os registros de comercialização dos produtos cooperativados, por exemplo. Também o belíssimo prédio da CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares) que oferece cursos técnicos aos agricultores. Tudo isso, segundo a narradora, são conquistas dos “antigos sem-terra”.

Preciso fazer uma pausa em relação à descrição das representações do MST que os documentários têm apresentado e recuperar ou justificar o motivo pelo qual tenho apresentado tais contribuições. É necessário atentar para o fato de que, essa identidade de homem do campo atualizado com as novas tecnologias de produção só apareceu no segundo filme, já no ano 2000. Não se pode esquecer que se trata de um período um tanto diferente daquele do primeiro filme, 1987.

Antes, sem-terra. Agora, antigos sem-terra. Antes, lutando por justiça. Agora, preocupados com os lucros da empresa agrícola. Esses sujeitos estão sendo trazidos para a norma, para uma racionalidade neoliberal, estão se configurando como cidadãos através do individualismo, do consumo. Se não, observemos os diálogos transcritos abaixo, referentes ao segundo filme. Em entrevistas com comerciantes da região, no filme *O Sonho de Rose*, a



produtora questiona o proprietário de uma loja de materiais de construção que está atendendo um antigo sem-terra. O proprietário é indagado: “ – O que o senhor acha desse movimento dos sem-terra?” e temos a declaração “ – Ele é super válido. Uma vez que entre tantas outras coisas eu faria só uma pergunta: Onde estaria esse povo se não estivesse ocupando a terra?” e novamente é interrogado: “– E eles? São bons pagadores?” e a resposta é rápida “– Pontuais, pontuais”.

É evidente a relação cidadania-consumo aqui. Esses discursos são constituídos na cultura e mostram como estamos sendo subjetivados por narrativas que nos ensinam de múltiplas formas, a todo o momento e em qualquer espaço, o que é ser um cidadão normal. A respeito dessa sociedade que hierarquiza seus membros segundo sua condição de consumidores, sabemos que

(...) promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções de culturas alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (BAUMAN, 2008, p.71).

O relato que se segue mostra como se dá essa afiliação dos sujeitos – antes considerados inaptos para o consumo e, portanto, excluídos – ao novo e maravilhoso mundo dos consumidores. Na sequência da cena anterior, a família desse antigo sem-terra, hoje assentado, passeia pelas lojas e bancos da cidade próxima à sua propriedade rural. Ao entrarem no carro, o chefe da família fala em nome dela, conforme segue a transcrição

“ – Nós, depois de conquistar a terra começamos a conquistar esse reconhecimento da sociedade e inclusive das agências bancárias quando somo recebidos como outro cidadão brasileiro, que antes nem numa agência bancária a gente não entrava por que nem tinha o que fazer numa agência bancária.”

A centralidade do consumo, imperativo da racionalidade neoliberal, para ser uma verdade desse sujeito sem-terra. Ele assume essa posição de sujeito ao declarar que o acesso a uma agência bancária e suas “vantagens” o elevaram à condição, reconhecida, de cidadão.

Tudo isto tem sido apresentado para armar o cenário em que a escola se insere como produtora de conhecimento. Sugiro que a instituição escolar ao mesmo tempo em que incrimina alguns pobres do campo, identificando-os como sinônimo de fracasso, premia outros que mesmo vivendo sob idênticas condições seguiram as receitas de sucesso do mundo



moderno, contribuindo com a normalização da pobreza – este “fantasma” que traz desassossego ao sonho moderno daqueles que se pretendiam agenciadores de uma sociedade igual, livre e fraterna.

Apenas mais uma consideração a esse respeito. Entendo o campo de lutas por significação da identidade dessas vidas desperdiçadas, que lutam por um pedaço de terra através de movimentos organizados, como sendo marcado pelos discursos da academia, cheios de legitimidade, porque provenientes de um saber “oficial”, como os de um livro didático, por exemplo. Mas também sujeito aos discursos imponentes da mídia que na atualidade nos tem convidado a entender o homem e mulher pobre do campo filiados a movimentos sociais por meio de suas identidades marcadas como criminosos, vagabundos e malandros.

O que desejo destacar é produtividade que uma outra opção de problematização dos sem-terra, que não essas duas polarizadas que apresentei acima. Sugiro contextualizarmos as “verdades” que esse documentário apresenta, tomando-as como objeto de estudo no ensino de História Agrária, chamando a atenção de nossos alunos para o modo como os sem-terra se constituem no interior de uma Sociedade de Consumidores. Destacando as ambivalências a que estão sujeitos. São sujeitos que lutam por terra e por um espaço para se fixar, quando uma das marcas do sucesso em nossos dias é a extraterritorialidade. Pertencem a movimentos sociais que se narram como defensores do trabalho coletivo e cooperativo, supostamente alinhados a partidos políticos de esquerda, no entanto, os vemos motivados pelo individualismo, a competição e a busca por lucro, valores da racionalidade neoliberal.

Eu acredito que problemas como esses tornariam o ensino de história mais pertinente aos nossos alunos que vivem, em sua grande maioria, em espaços urbanos e para os quais pouco faz sentido falar em posse de terra e direito à reforma agrária,

Nesse sentido, gostaria de destacar mais uma cena do filme *O Sonho de Rose*. A cena tem início com mais uma família de antigos sem-terra que, então, exibem sua propriedade. Casa grande, muitas plantações, animais no campo. Mas a esposa declara a respeito das decisões iniciais quanto ao sistema de trabalho em cooperativa e das decisões que tiveram de tomar logo nos primeiros anos como assentados: “– Nós andamos assim, eu e o Nenão, a ponto de separar por causa dessa cooperativa. Eu dizia não vamos entrar nessa cooperativa por que não vai da certo” fazendo referência ao desafio de conseguirem conviver de forma ordenada e pacífica as setenta de duas famílias cooperativadas. E ela continua “– Entramos.



Não deu outra. Nas primeiras assembleias foi assim um escândalo. Ninguém se entendia, sabe, era uma calamidade pública”.

Esta mesma senhora acima entrevistada havia aparecido no primeiro filme, *Terra para Rose*. Ela estava acampada em frente a um prédio público em Porto Alegre havia quatro meses na ocasião em que foram captadas as imagens de tal documentário. Na época, em meio a uma rodada de chimarrão embaixo de lonas pretas, ela afirmara com respeito a vida em coletividade: “ – É uma vida totalmente diferente do que a gente vivia antes, né? Fora do acampamento. Que aqui tu tem que aprender, tu aprendeu a viver em comunidade, né? O que tu tem tu reparte com os outros, né?”

Passaram-se dez anos entre um filme e outro. O que vemos acontecer é uma metamorfose. Transformaram-se as narrativas que os sujeitos sem-terra apresentam sobre si mesmos. A defesa pelo modelo de cooperação é substituída pela justificativa da necessidade de se priorizar o trabalho individual, sob risco de prevalecer a desordem entre os sujeitos assentados. Se não formos capazes de ler essas verdades como produto contingente de nosso tempo, corremos o risco de nos tornarmos anacrônicos. Insistindo em aulas no qual prevalece o juízo de valor sobre as ações do movimento sem-terra ou tomando suas iniciativas como ícone para panfletarmos em favor deste ou daquele partido político.

3. Rose, e nós, sonhamos com algo mais do que terra

Não nos esqueçamos, os sujeitos sem-terra estão inseridos em um momento histórico bem específico. Buscarão, portanto, se adequarem ao tipo de sociedade a qual são contemporâneos

Numa sociedade de consumidores, *todo mundo* precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação (ou seja, ver e tratar o consumo como vocação). Nessa sociedade, o consumo visto e tratado como vocação é *ao mesmo tempo* um direito e um dever humano universal que não conhece exceção. A esse respeito, a sociedade de consumidores não reconhece diferenças de idade ou gênero (embora de modo contrafactual) e não lhes faz concessões. Tampouco reconhece (de modo gritantemente contrafactual) distinções de classe (BAUMAN, 2008, p. 73, grifos do autor)

Então nossas crianças os verão lutando pela terra, mas ao mesmo tempo, lutando também por acesso a educação superior, pelo direito de trabalharem e fazerem parte do mundo do consumo. Cabe a nós fornecermos ferramentas analíticas que deem conta de considerar tais pontos em uma discussão acerca dos sujeitos sem-terra em nossos dias.



O Movimento Sem-Terra tem vivido um momento peculiar em sua história. A entrada no novo século parece ter esvaziado de sentido algumas das principais ações do grupo como ocupações de territórios, marchas e acampamentos ao longo das rodovias. Nesse artigo trabalhei com a hipótese de que os motivos que têm levado a tal situação seja a influência de um forte processo de naturalização do modo de vida marcado pelo consumo e a extraterritorialidade, ambos característicos do estágio atual do capitalismo. Assim, os sujeitos que integram o movimento na última década estão se constituindo em uma ordem discursiva distinta daqueles que o inauguraram ainda nos anos de 1980.

Essa é uma questão importante para a Educação e, em especial, o Ensino de História, pois nós professores temos a tarefa de discutir com nossos alunos o modo como se deu a distribuição de terras no Brasil, chamando-lhes a atenção para as consequências econômicas e sociais desse modelo de concentração fundiária e para as possíveis alternativas a ele em nossos dias. É preciso problematizar com eles as consequências humanas da globalização, os efeitos colaterais que podem ser mapeados na sociedade brasileira em relação ao modelo neoliberal adotado na contemporaneidade, sob risco de tornarmos o movimento social, os sujeitos sem-terra e a causa da reforma agrária, todos, anacrônicos e vazios de sentido para nossos alunos, nascidos em um mundo pós-moderno.

Referências

Bibliografia

- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- COSTA, Marisa Vorraber. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. IN: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.) **Currículo: debates contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002 (p.133-149).
- _____. Mídia, magistério e política cultural. In: **Estudos culturais: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...**/ Marisa Vorraber Costa (org.) 2ª.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Microfísica do Poder.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- _____. **A Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.



WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. O uso do termo representação na Educação em Ciências e nos Estudos Culturais. **Proposições**. Revista Quadrienal. Faculdade de Educação - Unicamp. Vol. 12, n1(34) - março/2001.

Documentários

Moraes, Tetê. **Terra para Rose**. São Paulo: Vem Brasil, 1987.

Moraes, Tetê. **O Sonho de Rose**. São Paulo: Vem Brasil, 2000.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013